

A RESISTENCIA DA JUC E DA UNE CONTRA A DITADURA NOS ANOS 60

The Resistance of the JUC and the UNE against the Dictatorship in the 60s.

Railson da Silva Barboza¹

Lucí Faria Pinheiro²

RESUMO

Analizamos o protagonismo dos estudantes cristãos nas lutas pela educação e pela democracia no Brasil, durante os anos 60, período no qual haverá uma ruptura dos mesmos com a hierarquia católica, determinada por dois elementos importantes: a influência progressista da cultura católica francesa, conduzida pela necessidade de fazer frente aos desafios colocados pelo padrão de intervenção do Estado em benefício da burguesia nascente, reproduzindo as desigualdades sociais; a radicalização política da JUC, que através da UNE realiza experiências na sociedade e elege como prioridade as mudanças estruturais. A juventude católica teve um papel fundamental no combate a ditadura, deixando um legado ao movimento estudantil e vice-versa, cujas experiências levaram-na ao rompimento com a tradição moral-reformista dentro da Igreja. O texto apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado (2021), de base documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Juventude católica - UNE - ditadura militar - cultura francesa, teologia da libertação.

ABSTRACT

We analyzed the role of Christian students in the struggles for education and democracy in Brazil, during the 1960s, a period in which there will be a rupture with the Catholic hierarchy, determined by two important elements: the progressive influence of French Catholic culture, led by the need to face the challenges posed by the State's intervention pattern in favor of the nascent bourgeoisie, reproducing social inequalities; the political radicalization of JUC, which through UNE conducts experiments in society and chooses structural changes as a priority. Catholic youth played a fundamental role in combating the dictatorship, leaving a legacy to the student movement and vice versa, whose experiences led them to break with the moral-reformist tradition within the Church. The text presents results of a master's research (2021), based on documents and bibliography.

Keywords: Catholic youth - UNE - military dictatorship - French culture, liberation theology.

¹ Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, membro ativo do Laboratório de Serviço Social. Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina (LASSAL)

² Professora da Escola de Serviço Social-UFF, Assistente Social, doutora em Antropologia e Sociologia Política. Coordenadora do Laboratório de Serviço Social. Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina (LASSAL).

Introdução

A exploração social e humana abate a América Latina desde os primeiros anos de colonização europeia, e a reprodução deste modelo de opressão perpassou séculos até então. As famílias nobres, os detentores de terras e poderosos continuaram nos postos de poder e prestígio, tendo como base a exploração do povo nativo e seus descendentes. Segundo Florestan Fernandes (2007), compreender a história possibilita o entendimento das tensões e disputas que ocorriam, "como o epicentro de um legado cultural e político permanente, o qual facilitou e exigiu, a um tempo, o enlace dos tempos burgueses e populares da revolução nacional" (p.41). É nesse contexto social que a teologia latino-americana da libertação surge, de forma direta e indireta, absorvendo as manifestações populares e fazendo oposição com o povo contra a dominação e o padrão de exploração capitalista vigente no continente.

A década de 1960, marcada por um contexto político e social brasileiro de golpe civil-militar, que se estendeu por mais de vinte anos, influenciou no crescimento do interesse dos jovens universitários pelos assuntos nacionais, bem como, a política e toda a sociedade. Inserida na universidade, a Juventude Universitária Católica (JUC) se faz presente e abarca a defesa dos direitos da população mais pobre. Pensadores como o padre Henrique de Lima Vaz, filósofo cristão e humanista brasileiro, de formação europeia, francesa em especial, como Padre Lebre, Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, foram fundamentais na formação intelectual da JUC, em especial nos estudos marxistas. Antes de prosseguir, uma breve análise é necessária sobre a evolução dos jovens, sob tais influências.

Trata-se de considerar o ideal utópico como característica da juventude na época, ao pensar uma sociedade mais justa e democrática, que representa um marco em sua compreensão histórica que, em síntese, dinamiza as necessidades sociais em cada período social, de acordo com o seu engajamento político sob condições determinadas.

O objetivo deste texto é resgatar a importância do protagonismo da JUC e sua atuação na União Nacional de Estudantes (UNE), para o processo de superação do idealismo abstrato do catolicismo reformador de Jacques Maritain, para afirmar o ideal histórico, de vertente também francesa, porém radicalmente oposta às desigualdades sociais, de caráter anticapitalista e revolucionário. Esse trabalho foi elaborado a partir dos resultados de uma pesquisa de mestrado, concluída em 2021.

Desenvolvimento:

As projeções utópicas "devem ser classificadas como forma de expressão sistemáticas das novas culturas e dos movimentos sociais ascendentes" (LEVY, 2012, p.50). O caráter transcendental das idealizações utópicas, tendo como suporte o presente vivido, nos translada a tudo que aparentemente é impossível de se realizar, devido ao fato de "estarem em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorreram" (MANNHEIM, 1982, pp.216-220). Todavia, "todo projeto utópico deve ser interpretado como expressão dos interesses das classes engajadas num movimento de transcendência histórica" (LEVY, 2012, p.53), admitindo a dependência de acordo com o presente, em vista de um futuro possível.

A partir de Michel Löwy (2011), analisamos o conceito de utopia dentro dos movimentos cristãos, e como eles se desenvolveram. A concepção utópica está enraizada na cultura messiânica judaica europeia, do início do século XX, trabalhada por alguns teóricos, e serve de referência para se entender as mudanças que ocorrem no âmbito do cristianismo, podendo inspirar movimentos sociais e político-religiosos de resistência à opressão. Löwy (1989), sociólogo franco-brasileiro, se tornou uma fonte importante no aprofundamento de uma interpretação crítica dos movimentos da esquerda católica, no Brasil e países da América Latina, analisando as fontes cristãs da tradição intelectual marxista, na Europa central.

Para Löwy (2011), "no judaísmo da Europa Central há uma espécie de corrente messiânico-romântica de tendência socialista, na qual se podem distinguir dois polos" (p.40). Nesses polos, os grupos são divididos em tendências, uma das quais relaciona uma visão utópica universal da sociedade com sua religiosidade messiânica, e a outra é formada pelos nascidos judeus, com tendências libertária e ateia, no campo prático. Qual o ponto convergente? Para o autor, justapõe-se a contradição entre "rejeição às crenças religiosas" e ao mesmo tempo, "um interesse apaixonado pelas correntes místicas e milenaristas judias e cristãs". Sua conclusão é de que,

Trata-se de uma espiritualidade messiânica revolucionária que tece, entrelaça, entrecruza de modo inextricável o fio da tradição religiosa com o da utopia social. Próximos ao ideal libertário dos anos 1914-1923, a maioria aproximou-se progressivamente do marxismo nos anos seguintes (LÖWY, 2011, p.41)

A crença messiânica existente na religião judaica reside na esperança material do fim da opressão, da fome, da desigualdade, da miséria. Nesse aspecto, pode-se ver que a teologia da libertação assume um compromisso de acordo com os ideais utópicos messiânicos, embasados no ideário socialista. Observa-se que leitura do antigo testamento funda-se em bases similares, inclusive no profetismo que essa teologia assumirá, posteriormente, em seu discurso libertador em relação ao continente latino-americano.

Na visão de Landauer (1907, p.30), há possibilidade de definir o socialismo como uma religião, mesmo que sua visão teísta não seja fundada na crença metafísica transcendental. “O socialismo é a tentativa de conduzir a vida comum dos homens em direção da associação livre num espírito comum, quer dizer em direção à religião...”. (Apud LÖWY, 2011, p. 42). A posição de Benjamin (1970, p. 150) apud Rosenzweig (1982, p. 339), é de que as lutas emancipatórias são um esforço de estabelecer "uma mediação entre as lutas liberadoras, históricas, “profanas” dos homens e a realização da promessa messiânica". (Apud Löwy, 2011, p. 43).

Assim, vemos em Löwy (2011) que o comunismo e o socialismo apresentam convergências com os fatos bíblicos e com as esperanças e utopias que se desenvolviam através da hermenêutica bíblica. Explicando o pensamento de Benjamin, o autor compreende que “o comunismo primitivo corresponde ao paraíso perdido”, enquanto “a utopia da sociedade sem classes corresponde ao reino messiânico da história”. Isso porém não significa voltar ao passado, mas a melancolia diante das invenções ou “destruições” da modernidade, pode derivar uma força “crítica e subversiva”, uma “esperança utópica e messiânica e no combate revolucionário para o futuro emancipado”. (LÖWY, 2011, p.45)

Uma questão importante de nossa análise é sobre as consequências de um reconhecimento dessas utopias, tidas como válidas e apropriadas num determinado contexto histórico. É no caráter dinâmico das realidades sócio-históricas, em constante processo de mudança, que surgem as condições e possibilidades de construção de um projeto utópico. É a partir dessa concepção das possibilidades indicadas, que as ideias podem ser concretizadas, como foi o caso dos estudantes ao articularem a teoria com os ideais, na política concreta, mediante o debate nacional e sua atuação nas comunidades periféricas, junto aos camponeses e, finalmente, nos eventos clandestinos como o Congresso da UNE realizado no interior de São

Paulo, na formação de diversos grupos revolucionários e das guerrilhas, em resistência à censura e o terror dos militares, na ditadura. As contradições sociais naquele contexto político extremo, provocaram os estudantes brasileiros, liderados pela JUC e mediante o espaço da UNE, a lutarem por um projeto de sociedade que representasse a superação das injustiças. Um dos instrumentos imediatos para a concretização do ideário de democracia, foi a luta armada.

Observa-se que na história da JUC, havia um compromisso de transformação social, tendo como tarefa básica sua inserção no mundo moderno. A ação política constituiu-se como um dos meios mais eficazes para a execução dos objetivos estipulados. Porém, isso não agradou os membros da hierarquia eclesiástica, que viam nessa postura um desvio da formação dada pelo projeto da Igreja naquele período, onde as ideias progressistas não podiam ganhar força, sobretudo após o movimento conservador de apoio ao golpe civil-militar de 1964. Contudo, foi através desse engajamento da JUC contra as expressões mais agudas da pobreza e as injustiças sociais da ordem do capital, acirradas pelo contexto ditatorial, que definiu de fato sua radicalização na organização política estudantil.

O ativismo político da JUC se acentuou à partir dos anos de 1960, marcado pelo fato de um dos seus membros ser indicado a concorrer à presidência da UNE, na gestão de 1960-1961. Foi então formada uma aliança entre comunistas e cristãos para lançarem um candidato de consenso nas esquerdas. Isso contribuiu para uma ruptura da JUC com a ala conservadora da Igreja que era, politicamente, dominada pela ideologia anticomunista, de combate ao marxismo. Como observa Di Gregório (2011, p.1048), essa evolução impedia que, ideologicamente, a JUC se mantivesse no movimento católico. O crescimento das reivindicações camponesas, operárias, estudantis e de “militares de baixa patente levaram ao movimento de politização que ameaçava a ordem estabelecida”, potencializando “ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando colocar a imaginação na luta contra o poder de grupos totalitários”.

A história de resistência da UNE já se manifestava pouco antes do Estado Novo, ao traçar seus primeiros passos como movimento estudantil, no marco do desenvolvimento do ensino universitário. Como ideário defendido pelo movimento registrava-se uma tomada de posição sobre os aliados da Segunda Guerra Mundial, proporcionando uma reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como, sua aproximação da UNE, conforme Araújo (2007).

A partir da leitura de Bertolino (2010), vê-se que até o início de 1945 havia uma harmonia na relação entre o governo e os estudantes, todavia com a ascensão conservadora de um representante da UDN à presidência da UNE, essa relação foi fragmentada e desfeita. A União Democrática Nacional (UDN) era um partido político de extrema-direita, defensor de uma ideologia conservadora e liberal ao mesmo tempo. O governo do General Dutra (1946-1951) deu continuidade ao processo de afastamento em relação a UNE, que presidida por Roberto Gusmão levou os estudantes a formarem uma forte oposição, de perspectiva claramente socialista.

A burguesia perceberá aos poucos, que esse estreitamento de laços entre o Partido Comunista Brasileiro e a UNE representava uma grande ameaça ao seu esforço em organizar forças de apoio ao projeto do capital. Enquanto isso, a força política da esquerda jovem se desenvolve, abrindo uma lacuna para o protagonismo e referência dos movimentos de esquerda, na medida em que buscavam alternativas estruturais aos graves problemas sociais do Brasil (BENTO, 1999) .

A força política da juventude, em especial a universitária, através da UNE, se levanta mediante assuntos os mais relevantes na sociedade, não restritos aos problemas educacionais universitários, mas referentes à macro-política nacional. Exemplo disso é sua participação na campanha "O Petróleo é Nosso", que culminou em 1953, na criação da Petrobrás. Além disso, a imersão em questões públicas, como a participação nos protestos contra o aumento das passagens dos bondes, na cidade do Rio de Janeiro, estrutura um ambiente propício às alianças e troca de experiências do movimento estudantil com os sindicatos operários, por exemplo. Como refere Sanfelice (2015, p.128) "nos anos 60, os fatos políticos se avolumaram e a UNE foi, de alguma maneira, alçada a um papel bastante ativo em nível nacional". Sob a liderança da UNE os estudantes se envolveram nas lutas urbanas pelo transporte público, assim como, de natureza econômica nacional, posicionando-se politicamente, de forma inédita. Em sua postura de esquerda, a UNE defende uma transformação real do sentido de sua existência, por meio de uma participação nas bases da sociedade, a despeito do posicionamento dos militares no poder.

Ideologicamente a UNE estava se posicionando junto a um bloco nacionalista reformista do qual faziam parte a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), com a participação de parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Socialista Brasileiro (PSP), dissidentes do PSD e UDN. Contavam com o apoio da Confederação Geral dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuante, mas ilegal. Na oposição conservadora

destacavam-se a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pela embaixada dos Estados Unidos (SANFELICE, 2015, p.131).

Os setores conservadores da sociedade brasileira defendiam uma posição que aliava o grande capital nacional ao capital internacional, liderado pelos Estados Unidos. Além disso, o tradicionalismo católico brasileiro, personificado nos movimentos de defesa da família, apresenta uma postura de condenação dos jovens ligados à JUC, justamente por sua aproximação das causas sociais. A UNE compreendia que os trabalhadores estavam sendo punidos como classe, de uma forma geral, vendo uma possibilidade de aproximação, que resultou em alianças firmando um compromisso com o povo. O movimento estudantil via, também, a necessidade de uma Reforma Universitária capaz de promover a consciência da necessidade de uma luta popular, que representasse o compromisso concreto da universidade com as reivindicações estudantis. Eles defendiam o início de uma Universidade conciliada com os interesses do povo.

A partir do final da década de 1950, a participação estudantil esteve sob a orientação da militância politizada da JUC, cuja importância refletir-se-ia diretamente nas entidades estudantis (UNE, UEE's, DCE's, DA's e CA's). Foi nesses espaços que a militância católica da JUC se aproximou dos militantes comunistas para vencer os estudantes da direita nas suas respectivas eleições (BERTOLINO, 2010, p.61).

Segundo Sanfelice (2015, p.133), "o desejo dos estudantes não era outro senão constituírem-se em trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa". A condição aparentemente privilegiada dos estudantes não se limitava tão somente a participação nas aulas ou estudos teóricos: eles estavam impulsionados pelo compromisso de defesa dos direitos de cada trabalhador, participando ativamente da construção de uma nova sociedade e colocando-se em nome da justiça e da liberdade. "Os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo e que era preciso ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base" (GUIMARÃES, 1962, pp. 20-22). Concomitantemente, a UNE reconhecerá que a luta pela Reforma Universitária, havia consolidado a ligação entre as reivindicações estudantis e a luta política. Devido ao caráter politizado do movimento estudantil, as administrações universitárias tinham resistência a sua

participação nos colegiados internos. Os resquícios do conservadorismo administrativo eram dados pelo alinhamento aos interesses burgueses. Essa realidade facilitava então, a ascensão dos militares e seu projeto tecnocrático-burguês nas universidades públicas e particulares.

Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está de início na própria Universidade (UNE, 1963, p. 9).

Os militantes da JUC, imersos nos desafios sociais e políticos que enfrentava a UNE, sofrem repressão também por parte da Igreja. Como já explicamos, seus ideais não convergiam com que a hierarquia esperava do movimento. Mesmo assim, os estudantes encontram sentido e finalidade em suas ações ao correlacionarem a consciência de classe e sua luta nos movimentos sociais, em especial a UNE, com uma mensagem da revelação cristã. Eles tomam consciência de que suas reflexões não terão sentido sem uma ação na sociedade, e descobrem a importância e o compromisso com a pesquisa e os estudos universitários. Como observa Viegas (2013, p. 209), comentando Marx, os interesses de uma mesma classe favorecem a troca da solidariedade entre si, em contrapartida das diferenciações ocasionadas pela estruturação salarial e o acúmulo de capital por parte da burguesia, "gerando um enfraquecimento da solidariedade de classe e, portanto, o enfraquecimento da consciência de classe nas sociedades altamente industrializadas".

Além de referenciais humanistas, como Jacques Maritain, que aos poucos foram superados, para Michael Löwy (1989) duas referências do catolicismo francês progressista influenciaram diretamente a JUC, nos anos de 1960: o Padre Lebreton, cujo acesso no Brasil se dará através da sucursal da Revue Économie et Humanisme, com sede em São Paulo, e, Emmanuel Mounier. (PONTUAL, 2017) Mesmo relutante às interpretações marxistas, Lebreton usava categorias de Marx nos seus estudos, além de reconhecer em seu pensamento uma crítica contundente às contradições desumanizadoras do sistema capitalista. Após visitar o Brasil pela primeira vez, o filósofo reconhece que o continente latino-americano, em especial a América do Sul e o Brasil, tinham particularidades econômicas que ele desconhecia, não cabendo portanto suas interpretações recentes, no periódico Économie et Humanisme. Este era o

primeiro ponto de contato e atração dos intelectuais brasileiros, que se organizavam em torno do movimento da democracia-cristã no continente. Para Pontual (2017), através do diário de Lebret pode-se ler sobre suas impressões da “situação social, econômica e política das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil, de Montevideú, no Uruguai, de Buenos Aires, na Argentina, e de Santiago, no Chile”. A propósito da burguesia brasileira, Lebret apresenta impressões em comum com o debate crítico no Brasil sobre o caráter do capitalismo brasileiro, periférico e dependente.

O Brasil não é ainda equipado para o capitalismo. [...] A burguesia com características liberais encontra na sua sombra um abrigo seguro; em verdade, ela não tem com o que se inquietar. Nessas condições, seria tolice aplicar aqui as formulas válidas para os países industrializados [...]. (PONTUAL, 2017).

Mounier foi talvez a maior influência na evolução da esquerda católica, nos anos 60, tornando-se um expoente para a JUC, ao rejeitar totalmente o capitalismo, considerando que os cristãos podem agregar conhecimento no contato com o marxismo. Nas palavras do filósofo, "o personalismo considera que as estruturas do capitalismo são um obstáculo que se levanta no caminho da libertação do homem e que elas devem ser destruídas em proveito de uma organização socialista da produção e do consumo" (MOUNIER, 1963, p.244).

Com isso, os militantes vivenciavam mudanças significativas em seus principais conceitos, como uma nova visão de evangelização, em que as ações projetavam mudanças estruturais na sociedade, sob um ponto de vista mais humanista. Essa postura é influenciada por Jacques Maritain, porém de forma a superá-lo mediante as leituras contemporâneas de Lebret e Mounier, dentre outras fontes já mencionadas do catolicismo francês. Enquanto a visão de Maritain permanecia “especulativa”, no debate sobre seu objeto, a ação, em Lebret e Mounier “Ao invés da doutrina social da Igreja, a inspiração era a realidade e caberia à seus próprios membros a responsabilidade da mudança”. (BERTOLINO, 2010, p.62)

Segundo Pinheiro (2010, p.45) o pensamento de Lebret representava nos anos de 1950, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento da Organização dos Estados Americanos, além disso trazia uma "concepção crítica de desenvolvimento no meio universitário católico", sobre as condições fundamentais do desenvolvimento econômico, que pudesse melhorar as condições de vida dos trabalhadores mais pobres. Mounier e Lebret impulsionaram a emergência de uma força crítica na Igreja Católica, de acordo com a autora, à partir de tal período. Isso, sem

dúvidas, significou um avanço quanto a formação de uma força política transformadora, mais racional e aberta às críticas marxistas.

Através do Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, transcrito por Luiz Gonzaga de Souza Lima (1979), ele próprio ativista da JUC, vemos um compromisso carregado de convicções políticas e religiosas, com a sociedade e as lutas estudantis. Os estudantes tomam consciência de sua condição na sociedade e seu dever em buscar a transformação social.

Neste sentido consideramos que a mensagem cristã é a revelação do próprio homem, sua história e seu fim. Somente através dela poderemos compreender a significação da aventura humana. Assumimos o compromisso cristão e, deste modo, não poderemos faltar, de forma alguma, com seus pressupostos e suas consequências. A primeira delas é a de participar da vanguarda do mundo, entendendo por vanguarda os que se colocam com a história em nome da libertação do homem. (...) Conhecemos nossa situação privilegiada na sociedade, como estudantes do curso superior. Conhecemos a injustiça de sermos uns tantos poucos num Brasil de mais de 50 por cento de analfabetos. É, em parte, por sabermos injusta essa condição que nos encontramos no dever de transformá-la (SOUZA LIMA, 1979, p.98).

Após o Golpe articulado pelos setores militares e o Congresso, apoiados pela alta burguesia do ramo das comunicações, do mercado financeiro, oligarquias rurais e parte da sociedade civil como a Igreja católica, travam-se perseguições contra as organizações de esquerda, eliminando lideranças e qualquer forma de manifestação política contra o governo. A UNE teve sua sede incendiada, no Rio de Janeiro, na madrugada do dia 31 de Março, do mesmo ano. As universidades foram invadidas e vasculhadas. Sob a intervenção militar na administração, docentes foram listados e prisões, perseguições e demissões foram realizadas. As intervenções eram também um método para criminalizar o movimento estudantil, em nome de uma legitimação do golpe na sociedade. Era necessário comprometer a reputação das universidades e dos estudantes, ganhando a opinião pública em favor da repressão. Represálias se davam ainda, num contexto de reivindicações específicas, a exemplo do Plano de Ação da UNE, como descrito por Sanfelice (2015).

Luta pela Reforma Universitária, pela revogação do acordo MEC-USAID, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, por um ensino secundário voltado para a formação profissional e pela revogação da Lei Suplicy. Luta contra a política econômica financeira do atual governo que se orienta por integrá-la no complexo industrial imperialista; pela revogação da

Lei de Greve; pela revogação dos Atos Institucionais; contra a Lei do Arrocho; pela anistia geral dos presos políticos; pela reforma agrária, pela mais ampla liberdade de organização política e filiação partidária; contra a farsa eleitoral; por eleições livres e diretas; pela formação de uma constituinte popular; contra a invasão do Vietnã pelo imperialismo norte-americano; pela igualdade internacional (SANFELICE, 2015, pp. 136-137).

A lei Suplicy nº 4.464/1964 abria uma brecha para a intervenção do governo sobre as entidades estudantis, tornando sem efeito o dispositivo do Decreto nº 37.613, de 19 de julho de 1956, que dava autonomia às mesmas e impedia intervenções externas. Mas os estudantes optam pela resistência contra o controle externo.

Legalmente extinta pelo governo militar, a UNE reiterava seu compromisso pela compreensão histórica das lutas de classe, que determinadas pelas contradições inerentes ao capital internacional alimentados pelo capitalismo brasileiro, resultaram no golpe militar. Segundo Sanfelice (2015), a característica da universidade brasileira era formar profissionais que alienados pelo projeto da burguesia, de manutenção do *status quo* e personificação do caráter elitista. Por isso, a Reforma Universitária como defendia a UNE, era de acordo com a realidade nacional, atendendo os interesses populares, servindo a todo o povo brasileiro. A politização dos movimentos estudantis, atrairia em consequência, a atenção extrema dos círculos militares, visto que "os estudantes representavam uma voz de denúncia frequente ao desempenho dos governos" (p. 138).

O Brasil naquele período era marcado pelo subdesenvolvimento cultural, o que justificava o papel do universitário e sua crítica ao sistema do capital, indiferente às necessidades da massa de trabalhadores. Ao assumir a crítica de sua própria condição social privilegiada, o universitário se sente chamado a desempenhar um papel coerente com as massas, exercendo a tarefa de despertar uma consciência nacional e fortemente social, desvinculada das perspectivas culturais e interesses das classes favorecidas. E os universitários cristãos, seus objetivos coadunavam com os dos demais grupos universitários? Como observa Souza Lima (1979), o estudante cristão,

tem a certeza de que a tarefa proposta à nação na hora em que ela se decide a participar ativamente da história, só pode ser realizada com a conscientização das massas brasileiras no sentido de assumirem sua situação e as alternativas do seu caminho. Esta tomada de consciência só poderá ser realizada pela promoção e difusão de uma cultura de conteúdo autenticamente popular. Assim, a missão real do universitário cristão não se prende só à dedicação a

seus estudos ou à boa escolha de sua profissão. Ela está na razão direta das necessidades da sociedade em que se vive, e só através da consciência destas necessidades (conjugada às inspirações e à vocação pessoais) sua ação será construtiva.

(...) O universitário cristão deve reconhecer, antes de tudo, seus objetivos: 1) seus colegas - através dos diversos movimentos estudantis e as justas reivindicações que têm em mira; 2) a sociedade, particularmente o operariado e o campesinato. (SOUZA LIMA, 1979, p. 105).

Por sua diversidade e complexidade, a juventude era entendida pela UNE. Buscava-se a unidade dos ideais, interesses em comum e a exclusão de aspectos divergentes. Representando a juventude, a UNE abraçava o ideal da participação política, dando voz à organicidade daquela geração na política, debatendo e reivindicando posturas e ações essenciais para a formação de novos líderes. Essa postura, entretanto, era ameaçadora aos detentores do poder.

Segundo Sanfelice (2015), "para quem estava no poder, as críticas da UNE e a irreverência estudantil eram, sem dúvida nenhuma, demasiadas" (p. 137), visto que elas bradavam interesses contrários ao governo, como uma maior valorização do trabalhador brasileiro, maior apoio às universidades e, principalmente, à liberdade de expressão e a democracia, que até então não tinham sido vivenciadas pelo cidadão brasileiro. Em um contexto mundial de Guerra Fria, polarizado pelos blocos capitalista e socialista, além de lutas anticoloniais em outros continentes, existia um apelo popular por um governo disposto a fazer o Brasil crescer e obter um desenvolvimento igual. A UNE se situava de forma crítica, pedindo um basta à desigualdade social que alimenta o capitalismo.

A importância dessa postura revolucionária da juventude universitária, encontra-se em sua visão de totalidade, que imprimia-lhe coragem para se colocar na contracorrente das estruturas capitalista e institucional da Igreja, ainda que sem qualquer garantia de sucesso nas reivindicações defendidas. Resulta desta tomada de posição a ruptura com a hierarquia e criação da Ação Popular (AP), que canalizará o espírito revolucionário dos estudantes filiados à JUC. Segundo Mendes (1966, p.50) a AP foi o "primeiro movimento de participação concreta, no processo nacional por uma nova geração católica". Para Silveira (2010, p.177), a AP conquista um protagonismo na sociedade e mediante um método próprio de atuação política, ela "cobrava de seus militantes a luta sem tréguas contra a desordem estabelecida embasada na consciência do engajamento radical". A rebeldia era condenada pela cúpula eclesial e isso estimulava uma ruptura com a Igreja e imediata ligação com as forças políticas de esquerda, através da UNE, a

exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), enquanto base para obtenção de hegemonia ideológica. A organicidade da Ação Popular era fortalecida pela integração de dissidentes da JUC e de estudantes secundários, através da Juventude Estudantil Católica (JEC), abrindo caminho para um movimento mais amplo e institucional, de emergência de uma esquerda na igreja católica brasileira.

O compromisso dos grupos de juventude cristã, ligados às ações revolucionárias, perfaz um percurso dialético entre passado e futuro, personificando um novo projeto democrático, onde a participação popular é fator importante para a conquista de mudanças estruturais. Essa postura significou um gatilho para desencadear o elo entre estudantes, trabalhadores e o povo, ou seja, todos que sofriam e precisavam de apoio na luta por seus direitos. A UNE decifrou a articulação dos interesses dos governos militares aos interesses dos monopólios no Brasil, a despeito da participação das classes camponesas e dos trabalhadores na participação da riqueza produzida. Como menciona Sanfelice (2015, p.137), “conclamava-se o povo a uma união para destruir aquelas forças e conduzir o processo de libertação nacional”.

A dominação do Estado brasileiro sob a liderança dos militares, deveria se espriar através das esferas econômica, política e ideológica, tendo como base a política neoliberal do centro do capital, os Estados Unidos. Essas bases sustentariam politicamente e financeiramente o governo. A intervenção na vida social, cultural e política, garantiria o controle necessário dos militares sobre a “ameaça comunista” representada pelos estudantes, organizações sociais, movimentos, artistas, políticos, etc. Como afirma Souza Lima (1979, p.106) o movimento estudantil, através da JUC na gestão da UNE e, após a criação da AP, estava imbuído de uma posição de que o estudante cristão “não pode fugir à sua responsabilidade e ao seu compromisso no meio e na sociedade em que vive”.

Considerações finais:

Buscamos evidenciar a importância da juventude e sua inserção no ambiente político, sob uma perspectiva histórica e social, esclarecendo algumas determinantes da sociedade brasileira, que explicam suas decisões e atitudes radicais no período pós-golpe de 64. Vimos que a juventude, desde o seu contato com o pensamento revolucionário, tanto por leigos como por religiosos com acesso à uma nova forma de pensar a Teologia e sua missão na sociedade, se torna importante agente de oposição e democratização da sociedade. Enfrentando diversos antagonistas, os estudantes resistiram aos impactos em suas organizações, mesmo que sob uma perspectiva de mudança concreta, permanecendo firmes em favor da classe trabalhadora, apesar de pertencerem a extratos controlados pelos governos ditatoriais, sob o regime autocrático-burguês.

A título de conclusão, é importante resgatar alguns pontos essenciais dos autores da tradição francesa, que dentro do contexto de fortalecimento do capitalismo na América Latina contribuíram para uma afirmação dos novos princípios da teologia da libertação, na ação dos cristãos, contra as desigualdades sociais reproduzidas pelo Estado. Jacques Maritain chama de ideal histórico uma essência ideal realizável, capaz de existência sobre um contexto histórico determinado, mas que corresponde a uma abstração histórica, sob o esboço de uma realidade futura possível. Podemos dizer que Emmanuel Mounier fez a ligação entre as interpretações anticapitalistas cristãs, amalgamadas com o marxismo, associando o movimento de economia e humanismo de Pe Lebreton e formando a base das ideias que orientarão o processo de radicalização política da JUC e sua entrada na resistência armada via Ação Popular, no contexto de repressão política, como concluiu Löwy (1989).

Na ação dos cristãos, esse novo pensamento instaurou princípios fundamentais para a consolidação do *modus operandi* da teologia da libertação, possibilitando uma consciência de luta contra as desigualdades sociais no continente. Não foi apenas um estágio propedêutico do ideal utópico, mas um importante momento histórico para construir as ideias que serviriam de orientação mais tarde, para a afirmação da democratização dos direitos sociais, orientando os movimentos populares e legitimando o projeto das esquerdas. A referida teologia nasce como uma resposta ao contexto de desigualdade e injustiça sociais na América Latina. Fernandes (2007) elabora uma interpretação que auxilia na compreensão de que a resistência popular é

parte das contradições da formação burguesa em países dependentes e periféricos, como o Brasil. Essa resistência apresenta particularidades, de acordo com os limites sócio-culturais e econômicos, formando uma tradição de esquerda que reinterpreta a realidade, baseando-se no debate que nasce das lutas socialistas. A teologia da libertação buscou nas fontes da resistência francesa e sua composição católica, fomentada por movimentos de inspiração socialista-cristã, elementos para elaborar uma interpretação também cristã, das formas de atuação das contradições do capital, na América Latina.

Nesse sentido, a luta dos estudantes cristãos constituiu-se numa luta geral em defesa da universidade e contra a opressão, unindo comunistas e cristãos e ampliando a resistência dos povos latino-americanos contra a ditadura que esprou pelo continente. Nesse sentido, demonstramos que as fontes francesas de inspiração socialista-cristã, como os movimentos em torno da Revista *Esprit*, da Revista *Economia e Humanismo* do Pe Joseph Lebret, dentre outros, forneceram uma passagem dos estudantes cristãos para uma formação marxista. No contexto de ditadura no Brasil, a teologia latino-americana da libertação, representou uma frente objetiva das lutas sociais, acolhida pela igreja católica nas periferias, formando as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), influenciando os movimentos populares e ativamente compondo o tripé constitutivo de formação do Partido dos Trabalhadores, em 1979. Em conclusão, podemos dizer que a resistência dos trabalhadores é internacional e, da mesma forma que o projeto da burguesia que constrói sua ofensiva do centro para a periferia do mundo, o núcleo do pensamento socialista se dá no mesmo sentido. Mas a tradição de intercâmbio entre as igrejas brasileira e francesa, foi a principal mediação de natureza político-cultural, na formação marxista dos cristãos brasileiros, em luta pela “libertação” em relação ao capitalismo e à tradição política de apassivamento das classes populares. A libertação tem um cariz religioso, que inscreve a fé nas lutas sociais, como parte da fé cristã.

Portanto, o legado de resistência deixado pela teologia latino-americana é herdeira da resistência na Europa, a exemplo daquela contra as tropas de Hitler, contra o fascismo, como também, o colonialismo nas colônias europeias em países da África. Dentre as particularidades da resistência ao projeto do capital, na América Latina, em particular a partir dos anos 60, se encontra o movimento estudantil, que protagonizado pela JUC faz de sua práxis, elemento constitutivo das primeiras elaborações da teologia da libertação, no curso dos anos 60. Por isso, Michael Löwy denominou esse movimento Cristianismo da Libertação, porque nasce da

realidade periférica, como consciência da necessidade de resistência à dominação cultural e econômica, por um processo de emancipação do povo, através de uma concepção originada na fé em uma nova sociedade, mas construída pelos próprios setores excluídos e dominados na lógica do capital, na periferia do mundo.

Procedemos a um estudo da potencialidade do movimento estudantil para representar a organização política dos jovens, e sob a liderança da JUC na UNE, em condições históricas determinadas. Desde o período de Guerra Fria, no contexto de luta pela hegemonia anticomunista do capitalismo monopolista, a UNE se mostra capaz de compor uma vanguarda em defesa da universidade, formando uma oposição ao governo, de forma corajosa e consequente, contra a censura que instrumentalizou o projeto da ditadura militar no Brasil, que impôs a permanência da dependência e da heterodoxia da burguesia, em nome da lucratividade e a despeito dos níveis de desigualdade produzidos.

REFERENCIAS

ALVES, M. M. (1974) *L'Eglise et la Politique au Brésil. Scienses Humaines et Religions*. Cerf, Paris.

BENJAMIN, W. (1971) “*La vie des étudiants*” [*Der Neue Merkur, 1915*]. In *Mythe et Violence*. Lettres Nouvelles. Paris.

BENTO, F. R. (1999) *A Igreja Católica e a Social Democracia*. São Paulo: Ave Maria.

BERTOLINO, F. (2010) *Movimento Estudantil e Esquerda Católica na Capital Mineira: História e Memória de uma Geração -1961/1968*. Dissertação (Mestrado em História) - PPG da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte.

FERNANDES, F. (2007) *Da Guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. Editora Expressão Popular. São Paulo.

DI GREGÓRIO, M. de F. A. (2019) *O movimento social da Juventude Universitária Católica na America Latina*. I Seminário Internacional História do Tempo Presente. UDESC. Florianópolis, 2011. Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/414/336>. Acesso em 27/12/2019.

GUIMARÃES, C. (1962) *Universidade à luz da crítica. Movimento*. s/l: UNE.

LEVY, N. (2012) *Crítica e Utopia*. Editora Garamond. Rio de Janeiro.

LOWY, M. (2011) *Messianismo, utopia e socialismo moderno*. Traduzido do francês por Anita Brumer. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Vol. 3, nº 2. Rio Grande do Sul, 2011.

_____. (1989) *Marxismo e cristianismo na América Latina*. Revista Lua Nova: revista de cultura e política. Nº 19.

_____. (1989) *Redenção e Utopia. O judaísmo libertário na Europa Central (Um estudo de afinidade eletiva)*. Editora Perspectiva: São Paulo.

MANNHEIN, K. (1968) "*O Problema da juventude na sociedade moderna*". In: BRITO, Sulamita (Org.). *Sociologia da Juventude: I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Editora Zahar. Rio de Janeiro.

MARITAIN, J. (1980) *Umanesimo Integrale*. Editora Borla. Roma.

MENDES, C. (1966) *Memento dos vivos: A esquerda católica no Brasil*. Editora Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.

PINHEIRO, L. F. (2010) *Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil*. Editora Gramma. Rio de Janeiro.

PONTUAL, V. (2020) *Lebret, intérprete da América do Sul: um enigma decifrado e um conceito construído*. In: *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, vol. 9, núm. 2, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/1931/193150589006/html/index.html> Acessado em 17.02.2021.

SANFELICE, J. L. (2015) *A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil militar*. *Revista Simbio-Logias*, Vol.8, nº11. UNESP. São Paulo.

SILVEIRA, C. R. (2020) *O humanismo personalista de Emmanuel Mounier e a repercussão no Brasil*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11832/1/Carlos%20Roberto%20da%20Silveira.pdf>; Acesso em 12/07/2020.

SOUZA LIMA, L. G. de. (1979) *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Editora Vozes. Rio de Janeiro.

UNE. (1963) *Luta atual pela Reforma Universitária*. Guanabara: UNE.